



Índice

- 01** Norte Energia fecha acordo com índios Xikrin, no Pará
- 02** DA REDAÇÃO: AGU tenta manobra para que Funai continue demarcando e ampliando terras indígenas
- 03** Especialistas da ONU querem ouvir povos indígenas sobre Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas
- 04** Carta Quilombola da Bahia: "Vivemos da luta, crescemos no território, mas é na terra que desenvolvemos"
- 05** MG – III Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais, 22 a 25/04, na Unimontes
- 06** PA: preso garimpeiro acusado de ameaçar indígenas de morte
- 07** Cotas para negros no serviço público federal são tema de seminário em Brasília
- 08** MS – Guarani e Kaiowá se dirigem a Apyka'í para apoiar resistência do tekoha
- 09** Acre pactua ações de promoção indígena no estado
- 10** Família indígena visita Arena do AM e leva cesto que inspirou arquitetura
- 11** MPF/AP quer revogação de liminar que tirou quilombolas de área rural em Macapá
- 12** Índios Xikrin pedem agilidade na concessão de benefícios em Altamira
- 13** Comunidade Burajuba recebe certificado de autodefinição como quilombola



- 14 [Escolas Xakriabá entram em greve contra resolução da Seduc de Minas Gerais](#)
- 15 [Comunidades quilombolas se reúnem para debater políticas públicas](#)
- 16 [PF apura suspeita de espancamento de indígena morto no Noroeste do RS](#)
- 17 [Cidade paranaense cria Divisão de Cultura Indígena](#)
- 18 [Fundo Amazônia beneficia comunidades indígenas do Mato Grosso e do Pará](#)
- 19 [Reservas indígenas: Fórum Parlamentar vai ao STF](#)
- 20 [Negociação entre fazendeiros e União se arrasta](#)
- 21 [Daltro anuncia em Barra do Bugres recursos para construção da Faculdade Indígena](#)
- 22 [Secretário do Índio destaca ações que fomentam a produção nas comunidades](#)
- 23 [Dep. Nilmário Miranda \(PT-MG\) fala da criação de bancada indígena na Câmara](#)
- 24 [Distrito Sanitário Especial Indígena DSEI/Araguaia trabalhando em prol da saúde indígena em São Félix do Araguaia e região](#)
- 25 [Depoimento de Lideranças Tenharim e Jiahui sobre o 'acidente' que matou o Cacique Ivan e situação dos indígenas](#)
- 26 [Guarani Kaiowá: O Açúcar Amargo do Agronegócio!](#)
- 27 [Guerra Civil na Bahia: Milícia indígena volta a invadir propriedades depois de recuro das forças do Governo](#)
- 28 [Estado vai firmar parceria com Funai e Sesai no acolhimento a indígenas](#)
- 29 ["Índios" invadem mais dez fazenda em Itaju do Colônia](#)
- 30 [Índios x Fazendeiros no MS: Valor de terras vira queda de braço e cresce risco de](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

[confronto](#)

Norte Energia fecha acordo com índios Xikrin, no Pará
SÍTIO G1/PA, 10.02.2014

*Índios reivindicam construção de casas de alvenaria nas aldeias.
Empresa diz que já foi definido cronograma de trabalho.*



Acordo prevê construção de casas em oito aldeias indígenas. (Foto: Regina Silva/Norte Energia)

A Norte Energia, empresa responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, sudeste do Pará, informou nesta segunda-feira (10) que um acordo foi firmado com a Associação Bebô Xikrin do Bacajá (Abex), que será a executora do contrato de construção de casas em oito aldeias indígenas da etnia Xikrin.

O acordo foi definido em reunião no Centro de Convenções de Altamira, com representantes da empresa, líderes indígenas e funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai), após ameaças por parte dos índios aos funcionários da empresa.

De acordo com a Norte Energia, os recursos para construir as moradias serão do Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI), uma das condicionantes para construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

"No encontro, ficou definido um cronograma de trabalho para realização das obras nas aldeias Xikrin, aprovado pelo presidente da Abex, Bep Kamaty, e os demais líderes presente", disse a empresa.



DA REDAÇÃO: AGU tenta manobra para que Funai continue demarcando e ampliando terras indígenas

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 10.02.2014

A Portaria 303, que suspende ampliação de terras indígenas pela Funai, ainda não foi ratificada por Luiz Adams, advogado geral da União, que faria a ratificação logo após a publicação das condicionantes da Raposa do Sol.

No dia de hoje (10), Adams pediu que a AGU (Advocacia-Geral da União) reavalie a portaria. Para o deputado Federal Luis Carlos Heinze, esta é mais uma manobra para que a AGU não cumpra o que foi acordado. "É mais uma enrolação que estão fazendo... É um absurdo. Luiz Adams disse que, tão logo fossem publicadas as resoluções da Raposa do Sol, já entraria em vigor a Portaria 303".

Heinze afirma que está tentando entrar em contato com Adams, mas sem sucesso. "Estamos desde terça-feira, quando foram publicados os acórdãos do Raposa do Sol, tentando falar com Luiz Adams e o ministro da Justiça, nenhum nos atendeu, até que hoje aparece uma Portaria 24, que submete à Controladoria Geral da União um estudo sobre esse caso".

O deputado afirma que eles estão procurando um meio de suspender definitivamente a Portaria 303. "Nós cobramos há muito tempo que reeditasse e colocassem em vigor esta portaria".

A Frente Parlamentar da Agricultura está procurando uma solução para este impasse. "Vamos ver se podemos entrar com uma ação contra esse abuso".

Nova Portaria. Fonte: Questãoindígena.org

Nº 28, segunda-feira, 10 de fevereiro de 2014

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 27, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014

O **ADVOCADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos X e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando o disposto na Portaria AGU nº 415, de 17 de setembro de 2012, que alterou o art. 6º da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, e revogou a Portaria nº 308, de 25 de julho de 2012,

Considerando a publicação em 4 de fevereiro de 2014 do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos embargos de declaração opostos na Petição nº 3388, resolve:

Art. 1º Determinar à Consultoria-Geral da União - CGU e à Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT a análise da adequação do conteúdo da Portaria AGU nº 303, de 16 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17 de fevereiro de 2012, aos termos do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos embargos de declaração opostos na Petição nº 3388.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

Especialistas da ONU querem ouvir povos indígenas sobre Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

O Mecanismo de Especialistas das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas está buscando os pontos de vista dos povos indígenas sobre as medidas e estratégias de implementação para atingir os objetivos da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

As respostas dos povos indígenas ao questionário será disponibilizado no site do Mecanismo. Eles também serão reunidos em um resumo das respostas, que será apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, durante sua 27ª sessão, em setembro de 2014.

Prazo para respostas: 7 de março de 2014.

Acesse o questionário em espanhol, inglês ou francês.

Carta Quilombola da Bahia: "Vivemos da luta, crescemos no território, mas é na terra que desenvolvemos"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014



Nós Quilombolas reunidos no II Encontro do Conselho Estadual Quilombola da Bahia, na Escola Parque na cidade do Salvador-Bahia, no dia 08 de fevereiro de 2014, aprovamos a Carta Quilombola da Bahia ao considerarmos que:

O reconhecimento do direito da terra as comunidades remanescentes quilombolas é constitucional conforme o Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da constituição brasileira;

O reconhecimento constitucional do território quilombola como patrimônio cultural do povo brasileiro é garantido pelos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988;

O Estado Brasileiro reconhece os Quilombolas como sujeitos de direito da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata dos Povos Indígenas e Tribais, conforme o Decreto nº 5051/2004 da Presidência da Republica;

O reconhecimento do direito a terra quilombolas da Bahia, foi regulamentado com a Constituição do Estado da Bahia de 1989, conforme o Art. 51 dos Atos das Disposições Transitórias (ADT) que ao reconhecer deu um prazo de um ano para o processo de titulação;

O Decreto Presidencial 4.887/2003 ordena os procedimentos administrativos do Governo Federal para o processo de identificação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas, assim, regularizando os territórios quilombolas;

CONT.



O Decreto 6.040/2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que dar diretrizes para efetivar política pública em território tradicional;

O Decreto Presidencial 6.261/2007 institui a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola;

O Estado da Bahia, regulamentou a Lei 12.910/2013 que garante ao poder executivo institui os procedimentos administrativos para realizar a regularização fundiária em terras devolutas no território baiano;

Assim, como o Decreto Estadual 11.850/2009, instituiu a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes Quilombolas.

Esse conjunto de normas jurídicas e atos administrativos garantem aos quilombolas do Brasil e da Bahia o direito a terra e ao território, a sua não efetivação pelos poderes públicos representa uma ausência de compromisso do Estado brasileiro com sua Constituição, assim, violando os direitos.

Porém, com esta carta reafirmamos que a luta quilombola é na terra e no território, e sem a terra não haverá desenvolvimento social, cultural, econômico e político, por isso repudiamos toda a violência cometida pelo Estado da Bahia com a política de crescimento econômica em desenvolvimento, que tem tirado dos quilombolas direitos e garantido ao capital estrangeiro, terra pública e devoluta patrimônio do povo baiano para o avanço das monoculturas do eucalipto, soja, milho, algodão, para a indústria da mineração, para a construção de barragens e hidrelétricas, para a construção de ferrovias, para a construção de parques eólicos, para construção de estaleiros navais, para implantação de indústria petroquímica, assim como as invasões para instalação de vilas militares. Essa política tem aumentado os conflitos e tirado das comunidades quilombolas no Estado da Bahia o direito a se desenvolver na terra e no território.

Nos últimos 15 anos só existem no Estado da Bahia 03 territórios quilombolas, que receberam títulos definitivos da terra; temos 10 territórios com decreto para titulação federal que não se concretiza. Essa é a realidade do reconhecimento das comunidades quilombolas pela União e Estado baiano, uma contradição ao número de comunidades certificadas na Bahia pela Fundação Cultural Palmares hoje somam mais 500 comunidade reconhecidas, o que demonstra falta de vontade política e o não reconhecimento institucional dos quilombolas por parte dos governos baiano e brasileiro.

Essa é a razão de estarmos aqui hoje reunidos e por meio da Carta Quilombola da Bahia gostaríamos de convocar os quilombolas na Bahia e no Brasil, assim como a sociedade brasileira, para juntar-se à nossa luta de mudança da realidade. Se a realidade não mudar vamos para luta no campo e na cidade pela terra e na terra. Cabendo a ocupação por manifestantes da política social quilombola nas sedes dos poderes estadual e federal caso não seja solucionado.

Para tanto, nós quilombolas representantes das deferentes regiões presente no II Encontro Estadual Quilombola, reconhecemos que nos últimos 10 anos houve avanços significativos nas políticas públicas para o desenvolvimento das comunidades quilombolas em todo o Brasil, por

CONT.



meio dos programas e projetos que deram acesso à educação, saúde, assistência social, saneamento habitação e inclusão produtiva.

No entanto, apresentamos como desafio para o avanço da luta quilombola no Brasil e na Bahia:

Agilizar em tempo hábil, antes das eleições 2014 a publicação dos RTID finalizados das comunidades quilombolas;

Garantir a segurança das comunidades quilombolas que estão em áreas de conflito;

Ampliação do Programa Brasil Quilombola atendendo as comunidades quilombolas do Estado da Bahia;

Cobrar do Governo Estadual as soluções das demandas construídas e enviadas pelas comunidades quilombolas para o Grupo Intersectorial Quilombola (GIQ);

Que o Ministério Público Federal e Estadual atue na defesa das comunidades quilombolas na Bahia e no Brasil, de maneira efetiva para garantia dos direitos humanos, denunciando as violações de direito sofrida pelos quilombolas (sujeitos de direito da Convenção 169 da OIT) em foros internacionais como: Corte Interamericana de Direitos Humanos e o representação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra (Suíça);

Ampliação dos Programas de Escolas nas Comunidades Quilombolas e Formação Continuada de Professores Quilombolas;

Realização do Primeiro Concurso Público Estadual de Professores Quilombolas para o ensino médio;

Implantar o programa federal de revitalização do Rio São Francisco com ações: construção de canais; revitalização de matas ciliares; e adutoras para o abastecimento humano nas comunidades quilombolas;

Ampliar o Programa de Agricultura Familiar para as comunidades quilombolas no território do Velho Chico com ações de irrigação, construção de tanques cavados para criação de peixe e pequenos projetos;

Perfuração de poços artesianos e construção de cisternas de produção, consumo e barragens subterrâneas em todas as comunidades quilombolas;

Revitalização dos rios estaduais que atendem as comunidades quilombolas;

Abertura e conclusão de processos de RTID nas comunidades quilombolas no Estado da Bahia;

Manter e ampliar os programas de assistência social com cestas básicas em todas as comunidades quilombolas no Estado da Bahia;

Democratizar os editais públicos estadual e federal com a criação de processos específicos para acesso das associações quilombolas;

O real apoio do Governo Federal para a aprovação no Congresso Federal do PL. 7447 que torna lei a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Inclui-se a construção de estradas vicinais recuperação e ampliação.

A normatização no Estado brasileiro dos procedimentos de Consulta Prévia da Convenção 169 da OIT que reconhece o direito de consulta das comunidades e territórios quilombolas;

A Criação nos Governos Federal e Estadual da Mesa de Trabalho Permanente com as seguintes metas:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

1. Certificar 100% das comunidades quilombolas em território baiano até 2018;
2. Regularizar 80% dos territórios quilombolas em terras públicas e devolutas com título estadual até 2018;
3. Até 2018 o Governo Federal finalize 100% dos processos abertos para titulação de territórios na Bahia;
4. Que os governos federal e estadual implantem na Bahia o Programa Brasil Quilombola até final de 2014;
5. Que seja elaborado e implementado, em 2014, o Plano Executivo Operacional no Governo do Estado da Bahia, que apresentem metas concretas de implantação de programas e projetos de desenvolvimento das comunidades e territórios quilombolas na área da cultural, da educação, saúde, saneamento, habitação e inclusão sócio-produtiva.

Assim, nós quilombolas da Bahia reconhecemos que não há mais espaço e nem tempo, é necessário que no Estado da Bahia a política pública de terra para os quilombolas seja efetiva, pois no momento só podemos contar com conflitos para retirar os quilombolas da terra em todo o Estado. Para finalizar, o II Encontro Estadual do Conselho Quilombola da Bahia esta solidário a tod@s quilombolas do Brasil que resistem nas comunidades dando suas vidas para garantir o seu direito de preservar sua história e identidade. Reafirmamos, para tanto, que o Brasil só será desenvolvido se tod@s tiverem o acesso a esse maior patrimônio, a Terra.

Assinam esta Carta:

Conselho Quilombola do Território do Velho Chico
Conselho Quilombola do Território de Vitoria da Conquista
Conselho Quilombola do Território do Piemonte do Norte
Conselho Quilombola da Chapada Diamantina
Conselho Quilombola do Território de Irecê
Conselho Quilombola da Região Metropolitana de Salvador (RMS)
Conselho Quilombola do Baixo Sul
Conselho Quilombola do Extremo Sul
Conselho Quilombola do Sertão Produtivo
Conselho Quilombola do Recôncavo
Movimento Quilombola de Malhada
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas – CONAQ

Contato: (75) 3331-2894 / e-mail:ceaqba@gmail.com



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

MG – III Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais, 22 a 25/04, na Unimontes

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

Povos e comunidades tradicionais têm se articulado de modo crescente na sociedade brasileira e no contexto internacional. A condição de articulação dos diferentes grupos tradicionais e seu reconhecimento público nos níveis nacional e internacional se apresenta de modo diferenciado. Muitos grupos já concluíram seus processos de auto-identificação, outros encontram-se em diferentes etapas e, finalmente, existem aqueles que ainda nem iniciaram esta caminhada. Mas, há que se destacar que a visibilidade desses grupos aumentou muito nos últimos anos, tanto no Brasil como também em outros países. Os institutos estatísticos em diversos países registraram um crescimento enorme das populações indígenas. No caso do Brasil, é notório o aumento de processos de auto-identificação das comunidades quilombolas.

CONT.



Mesmo que a influência dos povos e comunidades tradicionais na política e na agenda do desenvolvimento geral no Brasil seja ainda muito reduzida, estes grupos não podem mais ser ignorados. Concomitantemente, os debates científicos têm levantado evidências incontestáveis que os povos e comunidades tradicionais continuam sendo ameaçadas pelos grandes projetos de desenvolvimento e pelas diversas unidades da conservação.

O objetivo do III Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais é articular debate, ações políticas e contribuições para um outro modelo de desenvolvimento que inclua as distintas visões de mundo e práticas sociais dos povos e comunidades tradicionais do Brasil e de outros países. Tal articulação se dará em torno das discussões realizadas pela academia, pelos movimentos sociais e movimentos de territorialização, visando garantir os direitos dos povos e comunidades tradicionais, dar visibilidade às suas reivindicações territoriais e sua existência política, além de apresentar propostas inovadoras no debate sobre outro desenvolvimento. É também, momento de articulação e de troca de experiências entre os diversos grupos sociais com especificidades históricas e culturais próprias. Estarão presentes indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e intelectuais do Brasil, da Alemanha, da Índia, da Colômbia e outros países. O colóquio tem como proposta mesclar mesas e espaços de diálogos nos quais a academia e os povos tradicionais possam debater a partir de quatro eixos temáticos: 1) Identidade, Território e Cultura; 2) Educação e Saberes Tradicionais; 3) Sociobiodiversidade e sustentabilidade e 4) Economias.

Mais informações AQUI (<http://www.ppgds.unimontes.br/terceirocoloquio/>).



PA: preso garimpeiro acusado de ameaçar indígenas de morte
SÍTIO BLOG DA AMAZÔNIA, 10.02.2014

Indígenas da etnia Munduruku, que realizaram por conta própria fiscalização em quatro afluentes do Rio Tapajós, na região oeste do Pará, apreenderam recentemente 12 dragas utilizadas ilegalmente para a extração de ouro e expulsaram dezenas de garimpeiros de suas terras.

Após a ação, os indígenas relataram perseguições e ameaças de morte contra suas lideranças e registraram boletim de ocorrência na delegacia de Jacareacanga, onde denunciaram o dono de garimpo, Alexandre Jesus Martins, o Tubaína.

Leia mais:

No Pará, indígenas apreendem máquinas e expulsam garimpeiros

A polícia esteve na casa do dono do garimpo, acompanhada dos indígenas, onde encontrou munição e duas armas de fogo, sendo um revólver e uma carabina, ambas de calibre 38.

Paigomuyatpu Manhuary, chefe dos guerreiros Munduruku, afirma que as lideranças cansaram de esperar Tubaína aparecer na delegacia para se explicar sobre as ameaças.

- A gente queria dar um recado pra ele – disse Manhuary por telefone.

Segundo o chefe dos guerreiros, uma vez que Tubaína não compareceu, decidiram ir até a casa do garimpeiro buscá-lo.

- A polícia foi atrás da gente. Entraram na casa e prenderam ele e apreenderam suas armas. O Tubaína foi conduzido à delegacia e logo depois liberado, sem ter sido levado a nenhuma cela.

O delegado Lucizelton Ferreira dos Santos, que há seis meses trabalha na região, explicou que a ação aconteceu em parceria com os indígenas.

- Quando o Alexandre Martins chegou na cidade, os indígenas vieram avisar a gente aqui, na delegacia, e nós o acompanhamos até a casa do dono do garimpo – confirma o delegado.

Apesar de ter sido comprovado pelos indígenas que Tubaína era dono de pelo menos dois garimpos em terra indígena, o que é inconstitucional, pois a lei garante que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”, nenhum processo legal foi aberto.

Segundo o delegado Lucizelton dos Santos, quando o garimpeiro chegou à delegacia foram

CONT.



adotados dois procedimentos. Em relação às ameaças, foi feito um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), utilizado para crimes considerados de menor relevância, com pena máxima de dois anos. O porte ilegal de armas foi registrado e encaminhado para a Vara Única de Jacareacanga. Tubaína foi liberado depois de pagar a fiança de dois salários mínimos.

- Porte de arma é um crime afiançável e é a primeira situação que ele responde aqui conosco, mas ainda falta checar no InfoSeg (rede de informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública) – assinalou o delegado.

Até este domingo (9) apenas o processo que trata sobre o porte ilegal de armas havia sido registrado no site Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O delegado conta com prazo de 30 dias para concluir o inquérito. Enquanto isso, ameaças continuam.

O indígena Ozimar Dace Munduruku relatou ter sido ameaçado por um dos garimpeiros expulsos do território indígena. Ela conta ter sido abordado durante uma madrugada por um homem, que se aproximou e mostrou um facão “que brilhava nos olhos”.

- Ele perguntou se eu estava na fiscalização que expulsou os garimpeiros e neguei. O homem disse que enfiaria a faca no primeiro que ele soubesse que estava envolvido nesse negócio de fiscalização.

Ozimar afirma que o dono do garimpo ganha muito dinheiro com a exploração mineral na terra indígena.

- Ele tira o ouro. Tem casa nova, prédio e loja. Tudo isso foi tirado da nossa terra. O branco não tem controle e não igual índio. A gente pensa em explorar e ao mesmo tempo recuperar a natureza, porque a gente depende da natureza.

Além de Ozimar Munduruku, o servidor da Fundação Nacional do Índio (Funai), Elton Mendes da Silva, que acompanhou a operação de fiscalização nos garimpos no mês passado, também sofreu ameaças.

- No fim de semana, uma caminhonete preta estacionou perto de um conhecido meu. O motorista abaixou o vidro do carro e falou: "Diz pro teu colega lá da Funai tomar cuidado, andar na linha.

Elton Silva disse que vai relatar o fato à Funai, em Brasília, e pedir o registro da ocorrência na delegacia de Jacareacanga durante a semana.



Cotas para negros no serviço público federal são tema de seminário em Brasília
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

Promovido pela SEPPIR, o evento acontecerá no Plenário 16 da Câmara dos Deputados, próxima terça, 11, e contará com a apresentação de um estudo do Ipea sobre o assunto SEPPIR – Com o objetivo de debater a relevância da ação afirmativa de reserva de vagas para a população negra em concursos públicos do Governo Federal, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) realizará o seminário “Cotas no Serviço Público Federal”. O evento acontece na terça-feira, 11, às 17h, no Plenário 16 da Câmara dos Deputados. O evento contará com a apresentação do estudo “Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013”. Editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a análise discorre sobre a adoção de cotas para negros na administração pública.

O racismo e seus reflexos no mercado de trabalho serão debatidos no evento, assim como a relevância de ações afirmativas na agenda dos poderes executivo e legislativo para eliminação do preconceito racial e suas consequências. O estudo que será apresentado pelo Ipea traz um levantamento da participação dos negros no serviço público federal e também do mapeamento das legislações similares em vigor nos Estados e Municípios brasileiros.

O trabalho afirma a importância do Projeto de Lei nº 6.738/2013, encaminhado pela presidenta Dilma Rousseff à casa legislativa, que reserva para negros 20% das vagas dos concursos do Executivo. Ele demonstra a existência de segregação racial nas carreiras, posição na ocupação, setor de atividade, nível hierárquico e desigualdade salarial entre negros e brancos, mesmo entre aqueles com mesmo nível de escolaridade.

Além da ministra Luiza Bairros e parlamentares ligados à luta pela igualdade racial, o evento tem a previsão de participação do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcelo Néri, e dos deputados Leonardo Picciani (PMDB/RJ) e Vicentinho (PT/SP), relatores do Projeto de Lei.

O seminário é uma iniciativa da SEPPIR em parceria com o Ipea e o apoio da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas.

O projeto de lei

O PL 6738/2013 está entre as propostas que tramitam em regime de urgência para a votação na Câmara dos Deputados. Nesta semana, a ministra Luiza Bairros e parlamentares se reuniram com o presidente da casa, Henrique Alves (PMDB/RN), para pedir a prioridade de votação do projeto, e para apresentar as propostas prioritárias da pasta para a apreciação ainda em 2014. A perspectiva da SEPPIR é que a proposta de legislação seja aprovada ainda antes do período do Carnaval.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

Serviço

Seminário: Cotas no Serviço Público Federal

Data: 11/02/2014

Horário: 17h

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Plenário de Comissões nº 16



MS – Guarani e Kaiowá se dirigem a Apyka’i para apoiar resistência do tekoha
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

“Aty Guasu informa que diante de continuidade de ação genocida e extinção da comunidade Guarani e Kaiowá, INJUSTIÇA, a partir de hoje, 09/02/2013, a fim de proteger a vidas da comunidade de APYKA’I, apoiar a resistência Guarani Kaiowá, dezena de integrantes do povo Guarani e Kaiowá do MS em movimento começaram a chegar ao tekoha APYKA’I-DOURADOS-MS.

Assim, inicia os rituais religiosos de proteção no tekoha Apyka’i. Esses rituais religiosos de proteção será por tempo indeterminado. Visto que os membros do povo indígena está massacrado, morrendo, está sendo assassinado dia a dia. O governo e a justiça está agindo contra a existência do povo Guarani e Kaiowa. Para sobreviver o povo vai lutar e resistir no tekoha Apyka’i, é uma decisão definitiva do povo Guaranie Kaiowá.

Aty Guasu comunica a todas sociedades nacionais e internacionais que os membros do povo Guarani Kaiowá resistiram, resistem e resistirão à ação de despejo até a morte, frente à ação de extinção em curso, o povo determina os rituais de proteção, convocando todos os povos indígenas e apoiadores da causa. O povo Guarani e Kaiowá não tem alternativa, por isso as lideranças do povo Guarani e Kaiowá se articulam e começam a planejar a resistência dos povos indígenas no tekoha Apyka’i-Dourados-MS”.

Aty Guasu apoia a resistência da comunidade do tekoha APYKA’I.



Acre pactua ações de promoção indígena no estado

SÍTIO PORTAL BRASIL, 10.02.2014

Ações ocorrem em educação, saúde, meio ambiente, direitos sociais, cultura, fiscalização e regularização de terras indígenas

O estado do Acre e o governo federal, por meio do Ministério da Justiça, acabam de estabelecer uma série de compromissos para implementação de ações nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, direitos sociais, cultura, fomento ao etnodesenvolvimento, fiscalização e regularização das terras indígenas no estado.

Além de dar apoio técnico, logístico e infraestrutura necessária à plena execução das atividades pactuadas, cabe à Fundação Nacional do Índio (Funai) promover ações junto ao estado acreano para a população indígena.

Na avaliação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ações como essa fortalecem a política indigenista. "O Acre é um estado muito importante na implementação de políticas públicas para a população indígena. Temos no estado uma atuação e compromisso com a promoção dos direitos sociais que reflete no estado democrático de direito", ressaltou.

Os compromissos pactuados fazem parte das diretrizes e objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, e no contexto do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas - PPA 2012-2015.

Fonte:
Ministério da Justiça



Família indígena visita Arena do AM e leva cesto que inspirou arquitetura

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 10.02.2014

Cacique, esposa e três filhos da etnia Satere-Mawé foram acompanhados por fotógrafo amazonense conhecer o estádio que receberá jogos da Copa do Mundo

Entre idas e vindas de milhares de visitantes, a Arena da Amazônia abriu as portas, neste domingo, para personagens bem regionais. Como o novo estádio sugere, em seu planejamento, uma temática inspirada nas raízes das terras amazônicas, nada mais justo que os indígenas ganhassem uma visita especial. Uma vez que a arquitetura externa da Arena da Amazônia é inspirada no “Paneiro” (espécie de cesta artesanal, produzida por indígenas). Não por coincidência, uma família pertencente à etnia Satere-Mawé, levou ao passeio no estádio um exemplar da cesta.

O responsável pelo encontro foi o fotógrafo profissional, Chico Batata. Ele, que acompanha as obras do estádio desde o início, também, vez ou outra, joga bola em um campo no Bairro da Paz. Lá, conheceu a família indígena.

- Acabei conhecendo eles por jogar bola lá no Bairro. Conversando com o cacique, ele me contou que queria muito ter a chance de conhecer a Arena, pois sabia que dificilmente teria nova oportunidade durante os jogos da Copa. Então, decidi levá-los para conhecer o nosso estádio – contou Batata.

Experiência única

Devidamente caracterizados, Moisés, a esposa Elenice e os três filhos (de 11, 9 e um) foram para a visita. Amante de futebol, cacique (chefe da tribo) e técnico de um time indígena, Moisés conversou com o GloboEsporte.com e falou sobre a experiência dentro do Estádio.

- Eu sempre passei pela frente, e tinha muita vontade de entrar (na Arena). É maravilhosa! Eu e minha família achamos muito bonito, tudo. De fora, não imaginava que fosse tão bonito. Queria mesmo poder ter a chance de ir em um dia de jogo, sentir como é. E também iríamos caracterizados, para representar nossa tribo – definiu Moisés.

O cacique foi além e se empolgou ao citar suas habilidades futebolísticas. “Imagina, jogar naquele gramado bonito?”. Ele cita Neymar, e destaca paixão cultivada pela tribo por futebol.

Lá na nossa comunidade, todos adoram futebol. Homens, mulheres, crianças, todos jogam. Nós temos até um time, o Hywi Wató (que significa Gavião Real). Lá, sou o técnico, zagueiro e se precisar também sou lateral. Gosto de fazer graça, dribles bonitos, que nem o Neymar – brincou o chefe da tribo.



MPF/AP quer revogação de liminar que tirou quilombolas de área rural em Macapá
SÍTIO PORTAL EXTRA AMAPÁ, 10.02.2014

Em manifestação à 1ª Vara Cível e de Fazenda Pública de Macapá, o Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) pede a revogação de liminar de reintegração de posse expedida pelo Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP). Mandado foi cumprido, com apoio da polícia, em área ocupada por remanescentes de quilombo em dezembro do ano passado.

O MPF/AP quer também que a Justiça estadual extinga o processo por inadequação da via eleita, já que conflitos fundiários envolvendo territórios tradicionalmente ocupados por comunidades quilombolas devem ser resolvidos em termos de indenização, e não de reintegração. Caso não acolhido esse pedido, pede o MPF/AP o reconhecimento de incompetência da Justiça estadual para julgar o caso, com consequente remessa dos autos à Justiça Federal. Pois, como a demanda envolve comunidade tradicional, cabe à União Federal, por meio de órgãos específicos, a preservação da identidade cultural e territorial desses povos.

Para compreender a situação, requisitou-se informações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à Fundação Cultural Palmares. O Incra informou que o imóvel em questão está incluído nos limites georreferenciais da área territorial tradicionalmente ocupada pela comunidade quilombola Lagoa dos Índios. Há nove anos, a Fundação Palmares expediu certificado de autorreconhecimento à comunidade.

Em diligência, foram constatadas precárias condições de moradia das pessoas alvo da desocupação, entre elas crianças e idosos. A área está localizada no Loteamento Três Irmãos, à margem direita do Ramal do Goiabal, na zona rural de Macapá. O processo de titulação fundiária quilombola do território tramita há 10 anos Incra.

O MPF/AP considera que a reintegração de posse descumpra direitos constitucionalmente assegurados aos remanescentes de quilombos. "Os autos (...) ultrapassam questões de cunho tão somente privado sobre a posse de terras; alcançam o direito constitucional de proteção social de todo um grupo", argumenta o procurador da República Camões Boaventura. Devido a isso, o caso exige ampla prestação jurisdicional.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho estabelece que não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais das comunidades tradicionais. Durante o cumprimento do mandado de reintegração houve apoio policial.



Índios Xikrin pedem agilidade na concessão de benefícios em Altamira
SÍTIO G1, 10.02.2014

*Manifestantes participa de reunião armados e com pinturas de guerra.
Norte Energia diz que irá se manifestar apenas após debate.*

Índios da tribo Xikrin participam nesta segunda-feira (10) de uma reunião com a Funai e a Norte Energia, empresa responsável pela construção de operação da usina hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, sudoeste do Pará. No encontro, que está sendo realizado em um auditório de Altamira, os indígenas pedem mais agilidade na construção de casas, escolas, postos de saúde e estradas na região. Todos os itens fazem parte das condicionantes para a liberação da licença da obra, de acordo com o Plano Básico Ambiental (PBA).

De acordo com a Norte Energia, a reunião entre os índios e a empresa havia sido agendada previamente para discutir as questões referentes ao PBA. Os índios dizem que, caso não sejam atendidos, irão aumentar a presença de manifestantes das aldeias bacajá, krãn e potkro com pinturas de guerra, realizando protestos na região do Xingu.

Na semana passada, um grupo de índios de outra etnia protestou ocupando um prédio administrativo da Norte Energia em Altamira. Segundo a empresa, as manifestações são independentes, embora cobrem o cumprimento das mesmas medidas.



Comunidade Burajuba recebe certificado de autodefinição como quilombola

SÍTIO CEDEFES, 10.02.2014

As famílias da comunidade de São Sebastião de Burajuba, de Barcarena, no nordeste do Pará, estão oficialmente autodefinidas como quilombolas. A certidão de autodefinição, publicada pela Fundação Cultural Palmares no final de 2013, foi entregue às famílias no último sábado, 1º de janeiro, em cerimônia promovida pela prefeitura local com a participação da Superintendência do Patrimônio da União no Pará.

A certidão atesta às instituições e órgãos públicos que a comunidade se autodefine como quilombola. É um reconhecimento das origens e dos direitos das famílias. Além de possibilitar que a comunidade tenha acesso mais amplo a políticas públicas, a autodefinição como quilombola é o primeiro e mais importante passo para a obtenção da titulação das terras quilombolas, fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A obtenção do certificado foi comemorada com muita emoção pelas lideranças quilombolas. "Para mim é uma verdadeira carta de alforria. É o reconhecimento de que eu não sou invasora, sou quilombola", comemorou a líder comunitária Maria do Socorro Costa da Silva. "Chega de ser buscada dentro de casa para dar depoimentos em delegacias, chega de ter meus direitos aviltados pelos próprios órgãos que deveriam defendê-los", desabafou.

Histórico de conflitos - Desde o início da atuação da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), nos anos 80, a área de Burajuba é foco de conflitos. Na área central da Vila dos Cabanos, região nobre do município, parte da comunidade foi removida para casas de madeira em um bairro de periferia chamado Laranjal, a troco de indenizações que muitos sustentam não terem sido pagas.

Como o dinheiro era insuficiente e as cerca de 50 famílias estavam habituadas a viver de roça, pesca e coleta, muitos moradores de Burajuba não conseguiram se adaptar ao ambiente urbano e retornaram às terras, o que gerou conflito com a extinta Codebar.

Em 2008 o Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) levou o caso à Justiça Federal, que em decisão liminar (urgente) impediu que a Codebar vendesse a área, determinação confirmada por sentença publicada em 2012.

Segundo o procurador da República Felício Pontes Jr., que propôs a ação, "Burajuba é um caso emblemático de como os grandes projetos implementados na Amazônia simplesmente negaram a realidade do povo que vive aqui".

Um dos líderes de Burajuba, Odil Pantoja Marques, concorda: "O tão falado desenvolvimento chegou, mas só para poucos. Só para quem tinha diploma, para os engenheiros e técnicos. Para nós, agricultores, a situação só piorou".

Por essas e inúmeras outras dificuldades, o reconhecimento da comunidade como quilombola

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

foi comemorado como uma grande vitória. "É a justiça começando a ser feita", disse o morador de Burajuba Eduardo Cravo.

Autodefinição – Em 2013 a comunidade entrou em contato com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e solicitou à professora Rosa Acevedo Marin, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), apoio na produção de estudo que registrasse a história das famílias de Burajuba.

A pesquisa histórico-antropológica foi realizada em Belém e em Barcarena. Na capital a pesquisa de fontes documentais foi realizada na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, na Comissão Demarcadora de Limites, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na biblioteca do Naea. Em Barcarena foram feitas entrevistas gravadas e trabalhos de georreferenciamento, registra relatório da pesquisa enviada à Fundação Cultural Palmares.

Fonte: MPF/PA



Escolas Xakriabá entram em greve contra resolução da Seduc de Minas Gerais

SÍTIO CEDEFES, 10.02.2014

As sete escolas do território Xakriabá, que atendem 3 mil alunos, permanecerão com as aulas suspensas, em greve, até que a Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais revogue portaria que reduz o quadro de servidores na educação das aldeias do povo.

A decisão foi tomada na última quarta-feira, 05, durante Assembleia Extraordinária do Povo Xakriabá (foto), que ocorreu na aldeia Brejo Mata Fome, Terra Indígena Xakriabá, tendo como ponto de pauta a avaliação dos 16 anos de Educação Escolar Indígena Diferenciada no povo.

Para os indígenas, a educação diferenciada sofre com intervenções desastrosas do estado, tal como a resolução Nº 2.442/13, da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que reduz drasticamente os servidores da educação na comunidade. Por isso decidiram pela paralisação.

O encontro contou com a presença de mais de 600 indígenas. Saúde e luta pela terra também foram assuntos levantados pela assembleia, na medida em que apareceram dezenas de falas com duras críticas aos serviços de saúde e garantia da terra tradicional do povo.

Os Xakriabá, como encaminhamento, apresentaram um abaixo-assinado das 32 aldeias do povo, assinado pelos aliados presentes na assembleia, contendo as reivindicações dos indígenas. Anexado ao documento final do encontro (leia abaixo), o abaixo-assinado será encaminhado para a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais.

A posição tirada pela assembleia será a defendida pelas lideranças em duas audiências públicas no próximo dia 11: uma com a Funai e a outra com a Secretaria de Educação. Leia na íntegra o documento da Assembleia do Povo Xakriabá:

Documento do Povo Xakriabá

O povo Xakriabá, reunido em Assembleia Conselho Comunitário de Segurança Pública Xakriabá, juntamente com a Educação Indígena Xakriabá, realizada no dia 05 de fevereiro de 2014, na Aldeia Brejo Mata-Fome, contando com caciques, lideranças, diretores, professores, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, EEB, vice-diretores, bibliotecários, coordenadores pedagógicos e a comunidade em geral, para discutir os problemas decorrentes ao funcionamento das escolas indígenas durante esses 16 anos.

Diante do processo avaliativo desse período, temos constatado as dificuldades recorrentes em função das constantes resoluções estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação. Uma vez que tais medidas não consideram a forma de organização do nosso povo, desrespeitando e impossibilitando a nossa autonomia na Educação Escolar Indígena, bem como prejudicando

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

diretamente o funcionamento das nossas escolas, a exemplo da resolução nº 2.442 da SEE, de 07 de novembro de 2013, que interfere drasticamente no quadro de funcionários das nossas escolas impossibilitando o seu funcionamento.

Baseado na resolução para o funcionamento das escolas no correr deste ano, ficou sacramentando a diminuição de 45 funcionários (sobretudo auxiliares de serviços gerais e auxiliares de secretaria), o que representa diminuição de cerca de 34% de profissionais nas nossas escolas. Já estávamos buscando solucionar outros problemas dos anos anteriores como: abertura de novas turmas, vacância de auxiliares de serviços gerais que atenda a demanda, construção, ampliação e reforma de escolas, transporte escolar e agora nos deparamos com mais esse problema: diminuição de servidores nas nossas escolas.

A realidade das escolas indígenas foi desconsiderada pela Secretaria de Educação, pois funcionamos com sete escolas sedes distribuídas em 32 endereços, com aproximadamente 3000 alunos. A secretaria não respeita também o direito a uma educação escolar diferenciada para nós povos indígenas, assegurado pela constituição federal de 1988 e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos Indígenas e tribais. Desconsidera ainda outras medidas: o Parecer 14/99, as resoluções 03/99 e 05 de 22 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Diante do exposto, reivindicamos as seguintes providências da Secretaria Estadual de Educação:

- Reposição e ampliação do quadro de funcionários (auxiliares de serviços gerais e secretarias), que atenda a demanda atual, respeitando a participação e autonomia da comunidade;
- Construção e ampliação das escolas onde há demandas e reforma das existentes;
- Melhorias na remuneração dos servidores.

Junto ao Ministério Público Federal (MPF):

- Audiência Pública para discutir a criação da categoria Escola Indígena na esfera estadual.

Informamos também que por decisão unânime do nosso povo Xakriabá, decidimos que o ano letivo só se iniciará a partir do momento em que a Secretaria de Educação garantir que nossas escolas tenham recursos humanos, materiais e financeiros para seu pleno funcionamento garantindo uma educação de qualidade para nossas crianças e adultos.

Povo Indígena Xakriabá, 05 de fevereiro de 2014

Fonte: Equipe Xakriabá – Cimi Regional Leste



Comunidades quilombolas se reúnem para debater políticas públicas

SÍTIO VERMELHO, 10.02.2014

Mais de 500 pessoas de 13 comunidades do Estado estiveram reunidas no sábado (08/02), durante o Encontro das Associações e Comunidades Quilombolas da Bahia. O evento aconteceu na Escola Parque, no bairro da Caixa D'Água, em Salvador, quando os presentes discutiram as políticas públicas de Promoção da Igualdade Racial e os avanços dos governos nos últimos anos.

Na ocasião, o movimento redigiu uma carta onde pontuou as necessidades das comunidades e o que esperam das ações promovidas pelos governos estadual e federal. Também disseram apoiar o quilombo Rio dos Macacos e cobraram do poder público uma posição emergencial para resolver a situação. O documento será entregue ao governo federal.

O presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra, falou da importância dos quilombolas estarem sempre reunidos para fortalecer o movimento e ter mais força para cobrar políticas públicas. "Vamos dar um salto além e vamos procurar comunidades para certificá-las ainda este ano. A ministra Luiza Bairros pontuou ainda que a situação de muitos quilombos não são boas, mas, segundo ela, há um esforço do governo para melhorá-la", declarou.

"Caminhamos em ações de inclusão social, ampliamos assistência técnica e extensão rural. Neste ano teremos a prioridade de cuidar das estradas e os acessos às comunidades", disse Hilton Cobra.

O secretário Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Elias Sampaio, reforçou que o caminho para melhorar as condições de vida nas comunidades quilombolas é longo e lembrou que a mudança só surge a partir da força de vontade dos governos e dos quilombolas, o que tem sido comprovado nos últimos anos.

"Apesar de termos pavimentado nossa estrada, temos muito que percorrer. O compromisso do governador é de todos. Temos um governo que está com a política estabilizada e estamos trabalhando para criar uma plataforma ainda mais favorável", destacou Elias.

Organizado pelo Conselho Estadual das Comunidades Quilombola com apoio da Sepromi, o encontro contou ainda com a presença da ministra da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Luiza Bairros, do deputado federal Luiz Alberto, além de representantes da Casa Civil e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC).

De Salvador,
Ana Emília Ribeiro
Com informações da Sepromi



PF apura suspeita de espancamento de indígena morto no Noroeste do RS

SÍTIO G1, 10.02.2014

*Corpo foi encontrado próximo à Estação Rodoviária de Três de Maio.
Informações iniciais indicam que ele teria morrido após agressões em briga.*

Um indígena foi encontrado morto na madrugada deste domingo (9) em Três de Maio, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo a Brigada Militar, a suspeita inicial é de que ele tenha sido agredido até a morte após uma briga. O caso é investigado pela Polícia Federal.

O corpo do homem de 57 anos foi localizado ao lado da Estação Rodoviária de Três de Maio, por volta das 2h. Ele era morador de São Valério do Sul, na mesma região.



Cidade paranaense cria Divisão de Cultura Indígena

SÍTIO VERMELHO, 10.02.2014

Com objetivo de elaborar políticas públicas às comunidades tradicionais, o município de Diamante do Oeste, no Paraná, instituiu recentemente a Divisão de Cultura Indígena. O guarani Adriano Rokenju Chamorro, dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi nomeado pelo prefeito Renato Antonio Pereira para chefiar o departamento

Com status de diretoria e subordinada ao gabinete do prefeito, a criação da divisão torna o município de Diamante do Oeste pioneiro na ação, uma vez que não existem no Paraná prefeituras que tenham criado secretarias ou diretorias específicas para tratar da temática indígena. Nem mesmo em Nova Laranjeiras, município que conta com a maior reserva indígena do Estado, há experiência similar.

Ex-candidato a vereador pelo PCdoB, Chamorro falou de sua expectativa com a criação da divisão e de sua responsabilidade. "Nosso objetivo é buscar as melhorias para as aldeias, em especial em questões de saúde, agricultura e melhorias das estradas", diz o guarani.

Chamorro relata que as aldeias necessitam de uma estrutura de um posto de saúde e ainda traça como objetivo para uma das aldeias a busca de recursos por meio dos royalties da Itaipu Binacional, uma vez que apenas uma das aldeias obtém repasses da compensação financeira. O prefeito ainda estuda a possibilidade de implantar a estrutura da divisão na própria comunidade indígena. "A criação deste departamento é um compromisso de nossa campanha em virtude do município ter duas aldeias com áreas demarcadas. Já a nomeação do Adriano é resultado de seu esforço e mérito da comunidade dos guarani que estão cada vez mais buscando sua organização", afirma Renato Pereira.

Para o professor e indigenista Paulo Porto, vereador do PCdoB em Cascavel, o ato é uma demonstração de sensibilidade do prefeito. "Este ato demonstra sensibilidade do Executivo municipal em relação à temática e ao protagonismo dos povos indígenas e demonstra que o Estado cada vez mais tem que respeitar seus porta-vozes legítimos".

Em Diamante do Oeste são cerca de 170 famílias da etnia Guarani divididas em duas aldeias (Tekoha Añetete e Itamarã). Segundo levantamento da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Governo do Estado, a região está entre uma das áreas do Paraná em situação de vulnerabilidade social, com as famílias abaixo da linha da pobreza.

Fonte: Blog do Vereador Paulo Porto



Fundo Amazônia beneficia comunidades indígenas do Mato Grosso e do Pará
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 10.02.2014

Mais de 1.200 indígenas vão ter melhoria da renda familiar por meio do trabalho de desidratação de frutas, produção de mel, extração de resinas do óleo de copaíba e a venda de peças de artesanato

Na comunidade indígena Kayapó, localizada no norte do estado do Mato Grosso e no sul do estado do Pará, é possível encontrar uma família com cerca de 40 índios, entre eles tios, primos, irmãos, cunhados, avós e bisavós, dividindo a mesma oca. Com a casa cheia é preciso bastante trabalho para que haja alimento para todos. O território dessa comunidade está localizado no "Arco do Desmatamento", dentro da fronteira sudeste amazônica, região caracterizada pelos mais elevados índices de desmatamento do país. Por isso, os antigos métodos de captação de recursos da natureza para o sustento dessas aldeias já não são suficientes. A solução foi buscar atividades alternativas de exploração da biodiversidade local.

Com recursos do Fundo Amazônia, o projeto "Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Copaíba, Apicultura, Pequi e Artesanato" vai qualificar e fortalecer o sistema produtivo da região para oferecer condições adequadas para beneficiar, extrair e elaborar produtos que possam ser vendidos nas comunidades locais e propiciem segurança alimentar e melhores condições da produção de alimentos.

A proposta é agregar valor aos produtos naturais como pequi, copaíba, mel e sementes (artesanato) coletadas pela comunidade Kayapó por meio do estímulo à adoção de boas práticas de manejo. O trabalho, que está sendo coordenado pelo Instituto Raoni, prevê a melhoria da qualidade das sementes, investimentos em infraestrutura e apoio para a comercialização, desde identificação de potenciais compradores até a negociação e articulação para garantir o melhor preço para os produtos e, consequentemente maior renda para as famílias Kayapó envolvidas nestas atividades.

Na prática, os índios vão trabalhar com a desidratação de frutas, produção de mel, extração de resinas do óleo de copaíba e a venda de peças de artesanato.

A Fundação Banco do Brasil, em parceria com o Fundo Amazônia, por meio do BNDES, vai fazer o investimento social de mais de um milhão de reais para que sejam adquiridos equipamentos, como desidratador de alimentos, kits de utensílios para extração da copaíba, ferramentas e matéria prima para utilização nos artesanatos, entre outros. Ao todo, 1.215 indígenas vão ser beneficiados com o projeto.

"A condição do índio nesta região é muito ruim. Por isso, esse projeto procura melhorar as condições de vida dessas famílias por meio de uma atividade, um trabalho. A ideia é permitir que os índios conquistem o alimento do dia-a-dia com dignidade e sustentabilidade e tenham,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

através do próprio trabalho, uma renda para suas famílias”, afirma Edson Araceli Santini, coordenador administrativo e financeiro do Instituto Raoni.

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia é constituído de recursos de doações do governo da Noruega, Banco de Desenvolvimento da Alemanha KFW, Petrobras e empresas e é administrado pelo BNDES. Em cinco anos, a parceria prevê a aplicação de um total de R\$ 100 milhões de investimentos sociais na região do Bioma Amazônia. Esses recursos serão destinados à promoção da conservação e do uso sustentável das florestas – que contempla todos os municípios do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, e parte dos municípios do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

Por: imprensa FBB Comunica-nos



Reservas indígenas: Fórum Parlamentar vai ao STF

SÍTIO BLOG MOACIR PEREIRA, 11.02.2014

Integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense terão uma audiência hoje, as 10 h, com o ministro Teori Zavaski, do Supremo Tribunal Federal. Ele é o relator da ação impetrada pela Procuradoria Geral do Estado, requerendo a anulação da portaria do Ministério da Justiça, assinada em 2003, pelo então ministro Tarso Genro, criando a Reserva Indígena do Morro dos Cavalos.

A inicial do pedido, com 65 páginas, faz um relato histórico sobre a BR-101, aponta fundamentos constitucionais para a revogação daquela portaria e junta documentos denunciando fraude e interesses suspeitos nos laudos antropológicos que alicerçaram os atos federais.

O Procurador Geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, que assinou o pedido, vai participar da reunião.

Além de apontar ilegalidades na criação da reserva, o Procurador está defendendo os interesses financeiros do Estado. Se a área for mantida como está na portaria, o governo terá que indenizar as terras ocupadas há décadas por agricultores e pescadores. Há, além disso, a questão da duplicação da B R-101.

Os membros do Fórum Parlamentar Catarinense estão acusando o governo federal de ter assinado atos criando 25 reservas indígenas, provocando conflitos graves entre agricultores e índios em vários municípios do oeste. O presidente da Faesc, José Zeferino Pedroso, vem denunciando a origem de vários confrontos no oeste, prejuízos econômicos e um clima de tensão e terrorismo entre os colonos que estão na região há décadas com títulos de propriedade.

Quer dizer: o governo federal toma medidas com motivação ideológica em Brasília e quem paga a conta – até com tragédias – são os catarinenses.



Negociação entre fazendeiros e União se arrasta

SÍTIO O PROGRESSO, 11.02.2014

Fazendeiros que recusaram a indenização de R\$ 78,5 milhões querem agora fechar acordo por R\$ 97,5 milhões

O deputado Laerte Tetila (PT), autor do projeto que criou o Fundo para Aquisição de Terras Indígenas (Fepati), acredita que ainda este mês, fazendeiros e governo federal vão entrar em acordo em relação às terras localizadas na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, consideradas tradicionalmente indígenas.

No mês passado os fazendeiros não aceitaram a proposta do Ministério da Justiça que ofereceu pelas 31 propriedades R\$ 78,5 milhões, dos R\$ 80 milhões já empenhados ao Fepati.

Nas recentes negociações, os fazendeiros que estavam pedindo R\$ 150 milhões pelas terras - incluindo benfeitorias e terras nuas - reduziram o valor para R\$ 97,5 milhões pela chamada 'Terra Indígena Buriti', onde se pretende aumentar a Aldeia Buriti de 2 mil para 17 mil hectares.

O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, já sinalizou que é possível fechar um acordo caso a proposta do governo, no valor de R\$ 78 milhões, seja reajustada em 25%, para R\$ 97,5 milhões.

Para os fazendeiros o impasse está nas indenizações das benfeitorias, que devem ser analisadas caso a caso ao contrário da terra nua, que pode ser um valor padrão. Para os produtores as terras devem ser melhor valorizadas, já que se trata de uma região estratégica e de alta fertilidade.

A disputa de terras gerou inúmeros conflitos na região em 2013, onde teve até a intercessão de soldados da Força Nacional. Em 2011, a Funai reconheceu o território como tradicional indígena. Alguns fazendeiros, no entanto, ocupavam as fazendas há décadas e de forma regularizada, conseguindo recursos para anular a homologação das terras.

Fepati

O deputado Tetila lembra que conforme o Fepati, lei aprovada em 2012 depois de muitas discussões e debates, as indenizações devem ser pagas pelo "valor comercial atualizado". Com o Fepati, o Governo do Estado fica autorizado a captar recursos do governo federal para indenizar produtores rurais em conflito com indígenas.

Conforme a Constituição Federal, a União é impedida de 'comprar' terras tradicionalmente indígenas, que na verdade seria a 'indenização' dos fazendeiros detentores de títulos legais das

CONT.



terras. Tetila lembra que o Fepati foi criado para por fim a conflitos agrários em terras indígenas em Mato Grosso do Sul, indenizando de forma legal os fazendeiros.

O primeiro repasse do governo federal para o Fepati foi de R\$ 80 milhões, restando R\$ 120 milhões dos R\$ 200 milhões empenhados pelo Governo Federal. "Qualquer um, qualquer entidade privada ou religiosa, Governo Federal e o Governo do Estado podem depositar recursos nesse Fundo," explica o deputado.

Para o deputado, Mato Grosso do Sul precisa voltar a se desenvolver economicamente. As disputas de terras entre índios e fazendeiros têm gerado prejuízos de R\$ 5 bilhões por ano em investimentos no Estado. "Quem vai querer investir num Estado que tem conflitos de terras?", argumento Tetila.

Exceto os investidores de fora, os próprios fazendeiros deixam de investir nas próprias terras por receio de depois perdê-las, por isso não é difícil localizar grandes áreas de pastagens degradadas e terras abandonadas. No Estado, são 82 áreas em situação de conflito, incluindo as de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

Tetila acredita que após os produtores entrarem em acordo com relação às 31 propriedades que beneficiam os índios terenas, outras negociações devem ser iniciadas na região Sul do Estado, em áreas reconhecidas como tradicionalmente guarani-Kaiowás.

Daltro anuncia em Barra do Bugres recursos para construção da Faculdade Indígena
SÍTIO BARRA NEWS, 11.02.2014



O vice-governador e secretário de Cidades, Chico Daltro, esteve em Barra do Bugres na última sexta-feira (7) para um encontro com os acadêmicos da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Durante a reunião, que também contou com a presença do reitor da Unemat, Adriano Silva, Daltro anunciou que dentro de 70 dias será realizada a licitação do projeto executivo das novas instalações da faculdade, que atualmente funcionam no campus da Unemat, com aulas nos meses de janeiro e julho.

A obra da sede própria da Faculdade Indígena está orçada em R\$ 10 milhões e, segundo Daltro, ele espera iniciá-la no mês de maio. "Dentro de dez dias devemos conhecer a empresa vencedora da licitação. Os recursos para a execução do projeto, assim como para a execução da obra, já estão garantidos, por meio da Secretaria das Cidades (Secid)", informou Daltro, que prometeu retornar em julho para acompanhar o andamento da obra.

A faculdade será erguida no terreno em que funcionava a escola agrícola de Barra do Bugres. O terreno pertence a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), que já aprovou a transferência da área para a Unemat, e a estrutura física, que tem funcionado como alojamento dos indígenas durante as aulas, pertence a Prefeitura de Barra do Bugres, que já se prontificou em fazer a doação para a universidade.

O prefeito de Barra do Bugres, Júlio Florindo, cumpria agenda em Cuiabá e foi representado pelo vice-prefeito, João Bosco. "Em nome do prefeito quero dizer que a Prefeitura está à

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

disposição para o que for necessário para agilizar o processo de cessão das instalações”, disse Bosco. “Esta é uma obra muito importante para o município e para todas as etnias que até aqui se deslocam para aprender”, acrescentou.

Duas turmas estão andamento na Faculdade Indígena com 98 acadêmicos de 32 etnias de Mato Grosso e de cinco troncos linguísticos. As formaturas ocorrem em 2015 e 2016.

› FONTE: Texto: Vanelirte Moretto/Assecom - Fotos: Marcos Parada/Assecom



Secretário do Índio destaca ações que fomentam a produção nas comunidades
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 11.02.2014

A Secretaria de Estado do Índio (SEI) iniciou o ano de 2014 com um plano de ações que visa fomentar a produção agrícola, sustentável e cultural nas comunidades indígenas, buscado assim o diálogo entre as etnias e firmando parcerias com instituições públicas, do interesse e da vontade dos povos indígenas.

Segundo o secretário Chico Roberto, a SEI tem se mobilizado em esforços e na busca por recursos a fim de viabilizar os projetos, tendo como meta a sustentabilidade das comunidades. Entre as ações que serão executadas ao longo deste ano, está o fortalecimento das atividades produtivas.

Uma dessas ações é a ampliação do projeto "Chuva na Roça", que visa irrigar os campos produtivos no período do verão. A medida já é executada pela secretaria e passará por reformulação, a fim de atender as comunidades que mais necessitam da atividade.

"Inicialmente, estamos fiscalizando as comunidades para ver quais possuem a necessidade de terem esses projetos viabilizados. O mesmo se dará no caso dos projetos de piscicultura, criação de gado e as fábricas de beneficiamento de farinha. Nossa proposta é priorizar as comunidades mais afastadas da capital e que não possuem recurso algum para desenvolver a produção".

Outra meta da Secretaria é o fortalecer a pecuária indígena do lavrado do nordeste de Roraima, tendo como polos as terras indígenas de São Marcos e Raposa Serra do Sol. Segundo Chico Roberto, a proposta é buscar recursos para melhoramento do gado, aquisição de reprodutores e promover capacitação profissional.

"Há comunidades que possuem mais de duas mil cabeças de gado. Vamos melhorar o plantel existente. Se incentivarmos a produção da carne e do leite, em vez de levar o gado até a capital para o abate, as próprias comunidades poderão fazer esse trabalho. E com isso, as sedes podem ser mais abastecidas".

Um problema encontrado pelos indígenas, segundo o secretário, se refere à falta de equipamentos para as comunidades, que dificilmente é suprido pelas prefeituras do interior. Pensando nisso, a Sei instituiu o projeto para a implantação de uma tropa mecanizada, para dar suporte às comunidades em meio às atividades agrícolas.

"Medidas como estas são importantes, pois queremos ver as famílias indígenas produzindo e adquirindo seu sustento. No caso das regiões de serra, uma alternativa, seria a irrigação via gravidade, pois demanda menos tempo e recursos".

CONT.



Atividades culturais

Em dezembro de 2013, a secretaria promoveu a I Feira de Artesanato Indígena, que reuniu o trabalho de artesãos das etnias como Macuxi, Yanomami, Taurepang e Wai-Wai. Na ocasião, foram expostas obras como cestos de palha, vasos e potes de barro, armas e utensílios domésticos feitos de madeira, colares e pingentes. A meta é que ações como esta se tornem frequentes ao longo do ano.

“O sucesso da feira foi tão grande que nós criamos um espaço próprio na secretaria para a venda de artigos indígenas, principalmente panelas de barro, que são as mais procuradas. Em apenas um dia, foram vendidas mais de 50 itens”, explicou o secretário.

Além disso, a secretaria vai fomentar a produção cultural no que se diz respeito à música e à dança indígena, como forma de valorizar e reconhecer o talento predominante nas comunidades, além de expandir para a sociedade os trabalhos culturais.

“Temos corais indígenas, grupos musicais e uma infinidade de danças. As pessoas precisam conhecer o que é feito. A cultura indígena é bastante ampla e rica. Por essa razão, nós vamos tornar conhecidos esses talentos”.

Fonte: Secom



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

Dep. Nilmário Miranda (PT-MG) fala da criação de bancada indígena na Câmara
SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11.02.2014

http://imagem.camara.gov.br/internet/midias/TV/2014/02/tvcapalavraaberta20140211_nilmar_miranda_indigenas.mp4

Tramita na Câmara dos Deputados uma proposta que altera o Artigo 45 da Constituição, que cria vagas de deputado federal para índios. A PEC é assinada por vários parlamentares, entre eles o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), que conversa sobre o tema neste programa.



Distrito Sanitário Especial Indígena DSEI/Araguaia trabalhando em prol da saúde indígena em São Félix do Araguaia e região

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 11.02.2014

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Araguaia, no município de São Félix do Araguaia – MT, do qual o Coordenador do DSEI/Araguaia, Milton Martins de Souza vem executando diferentes programas e projetos na região. Os trabalhos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é demonstrar as funções do DSEI, abrir para discussões e propostas para melhoria da saúde indígena na região. "Nossa meta é oferecer um espaço ao cidadão, onde ele possa ter acesso a um espaço adequado para as mais diversas atividades de lazer. Contando com a colaboração dos profissionais de Saúde de área e do DSEI palestras conscientizando a população indígena.

Os povos indígenas merecem uma melhor qualidade de vida e muito mais atenção primária de saúde para a prevenção de muitas enfermidades. Hoje já existem recursos humanos que permite que os indígenas se formem na área de saúde, para que tenham enfermeiros indígenas, médicos indígenas, farmacêuticos indígenas – de forma que possam ir assumindo a gestão desse subsistema e também os trabalhos das equipes multiprofissionais. A importância dos trabalhos que o DSEI/Araguaia vem sendo desenvolvido em São Félix do Araguaia e região: É um momento importante ver que as coisas estão acontecendo, andar com as próprias pernas, estamos recebendo recursos na unidade, licitando, contratar e fazendo todo trabalho relacionado a saúde indígena, essa avaliações que está sendo feito é muito satisfatória para os indígenas que estão sendo informados das ações e participando do processo fundamental e acompanhando os recurso que se recebe, o que se gasta e como vem sendo aplicado.

Estou feliz com a discussão e sem o controle social é impossível fazer uma saúde indígena com qualidade e transparência. A SESAI é como uma mulher bonita. Se no primeiro momento ela é bonita, pode não ser depois de conhecermos, mas pode ser ainda mais linda. Temos que conhecer para comprovar. Então temos que ter paciência para verificar se a Secretaria estará mesmo nos representando. Nosso compromisso é de melhorar cada vez mais o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena DISEI. Sabemos que ainda há muito a ser feito, mas destacamos o quanto já foi realizado. As propostas são importantes para definirmos o futuro. "Tenho certeza que sairemos dessa conferência com boas idéias", disse o Coordenador do Distrito Milton.

De janeiro a agosto de 2012 ocorreram sete óbitos em decorrência de suicídio, além da constatação de aproximadamente 80 situações de vulnerabilidade que englobam tentativas, ameaças e ideação. Segundo informações do Distrito Sanitário Especial Indígena de São Félix do Araguaia (DSEI-Araguaia) foi realizado um diagnóstico para saber por que estaria acontecendo várias ocorrências de suicídios e abuso de bebida alcoólica, sobretudo entre os mais jovens na tentativa de resgatar a autoestima dos índios, propiciando a melhoria da qualidade de vida nas aldeias foram criados os Jogos Indígenas Karajá para incentivar os jovens a conhecer e preservar as tradições culturais e buscando melhorias. Recentemente

CONT.



foram contratados quatros (04) médicos cubanos para ajudar a todos os povos que necessitam. Será uma missão deles nas aldeias, para ajudarem os povos indígenas que são carentes de médicos. A população karajá na área de influência do DSEI/Araguaia é de cerca de 4000 índios. Proporcionalmente, os casos de suicídio e tentativas são considerados alarmantes. O atendimento no DSEI/Araguaia vem incluindo a permanência dos profissionais de saúde na área indígena, com logística e infraestrutura de campo adequado com organização e viagens das equipes para atendimento nos pólos-base e o seu retorno para a cidade sem a sua imediata substituição, descontinuando a assistência.

A SESAI foi criada em 2010 pelo Ministério da Saúde com o intuito de coordenar e executar o processo de gestão da saúde básica de indígenas, avaliar as ações de atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena; promoção, articulação e a integração com os setores governamentais e não governamentais que possuam interface com a atenção à saúde indígena. É responsabilidade da Secretaria também identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena e estabelecer diretrizes e critérios para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de saneamento ambiental e de edificações nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas em todo Território Nacional. Uma tentativa de acabar com os problemas da assistência oferecida, anteriormente, pela Funasa [Fundação Nacional de Saúde].

Na comunidade indígena, todos têm os mesmos direitos e recebem o mesmo tratamento, mas eles se comportam de forma diferente dos homens brancos: as mulheres, por exemplo, cuidam da comida, das crianças, da colheita e plantio. Quanto aos homens, estes se encarregam dentre outros afazeres, do trabalho fora de casa como, a caça e a pesca. Atualmente a prestação dos serviços de saúde aos índios brasileiros é realizada por intermédio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, os quais são vinculados à Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Vale ressaltar que a representação na instância de decisão dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas é paritária, ou seja, fazem parte dessa representação os índios do Brasil, os prestadores dos serviços e os profissionais de saúde.

O DSEI/Araguaia abrange 15 municípios - nos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso -, com 17 postos de saúde, quatro Polos Base (São Félix do Araguaia (MT), Confresa (MT), Santa Terezinha (MT) e Rubiataba (GO)), e uma Casa de Saúde Indígena (CASAI), em Goiânia, cuja ocupação atual é de 120 indígenas.

Vanessa Lima/O Repórter do Araguaia



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

Depoimento de Lideranças Tenharim e Jiahui sobre o 'acidente' que matou o Cacique Ivan e situação dos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

MediaTenharimIndependente (<https://soundcloud.com/midiatenharindependente>)

Lideranças Tenharim e Jiahui, falam sobre as circunstâncias do suposto assassinato do Cacique Ivan Tenharim, testemunhado por um motorista de um caminhão vermelho em trânsito pela BR 230 em dez/2013, da cena do suposto crime, das evidências testemunhadas por indígenas e soldados do exército (fotografias com posicionamento GPS) da reação da família.

Em sua análise sobre a situação, face aos atos classificados como terroristas por determinados grupos com interesses econômicos na Terra Indígena, afirmam ser falsas as afirmações de vingança, e que as armas do povo indígena para lidar com o problema são "a caneta e o diálogo". Falam de sua confiança no Exército Brasileiro para protegê-los e trabalhar em parceria com o mesmo. Buscam providências junto ao Governo Federal quanto à suas garantias constitucionais, reivindicando investimentos efetivos na Educação, Saúde e oportunidades de trabalho.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

Guarani Kaiowá: O Açúcar Amargo do Agronegócio!
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

http://www.youtube.com/watch?v=TpUnsWzrw-Q&feature=player_embedded

Mais um atropelamento, mais uma vida Guarani-Kaiowá é dizimada. É o sétimo acidente suspeito. Delci Lopes de 17 anos tem a vida ceifada por um caminhão de cana.

Guerra Civil na Bahia: Milícia indígena volta a invadir propriedades depois de recuo das forças do Governo

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 11.02.2014



A Força Nacional de Segurança desmontou o posto avançado construído na Fazenda São José, região de acesso à Serra do Padeiro, em Buerarema, neste final de semana. O recurso ocorreu após ordem do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A base foi a segunda montada pela Polícia Federal e pela Força Nacional de Segurança (FNS) na região de 47,3 mil hectares onde uma milícia formada por indígenas tupinambarana vem invadindo propriedades.

A instalação permitiu que quatro propriedades fossem reintegradas pela PF e FNS depois de diversas escaramuças com milicianos indígenas. Depois do recuo do Governo todas as quatro propriedades foram novamente invadidas pela milícia indígena ao longo do final de semana. "Existe uma omissão das autoridades, uma briga entre os poderes. A Justiça manda reintegrar, a Federal e a Força Nacional reintegram e o Executivo recua", lamenta o vice-presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Ilhéus, Una e Buerarema, Alfredo Falcão.

Falcão teme a retomada da onda de violência, principalmente em Buerarema, por causa do recuo do Ministério da Justiça. "Para pegar fogo aqui, é só riscar o fósforo", disse o produtor ao retratar o clima de tensão na área após a retirada de uma das bases de segurança.

A região disputada por agricultores e indígenas possui cerca de 800 propriedades, das quais aproximadamente 100 foram invadidas com uso de violência por parte da milícia indígena. O agricultor Adailton do Carmo ficou paraplégico ao ser baleado pelas costas por um miliciano indígena. "Aqui não há propriedade grande, mas há um clima de terror. Todos andam de cabeça baixa, temem ser o próximo alvo", diz Falcão.

O recuo do Governo Federal na estratégia de reintegração de fazendas se deu após críticas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e de organizações indigenistas. Possivelmente

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 26./ 2014

Brasília, 11 de fevereiro de 2014.

orientado pelo Ministro da Justiça, o Procurador Geral da União, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal a suspensão de todas as ordens judiciais de reintegração de posse expedidas para imóveis invadidos pela milícia. Logo depois, mesmo antes da decisão do STF, o Ministro Cardozo ordenou o recuo da Polícia Federal e da Força Nacional.

Depois do recuo do Governo, pelo menos três propriedades foram invadidas por outra tribo indígena em Itaju do Colônia, também no sul do estado. Existe a ameaça de invasão a outras duas propriedades nas próximas horas. Produtores acreditam que as invasões em Itaju sejam estratégia dos indígenas para tirar o foco de Buerarema e dispersar as forças de segurança federais (PF e Força Nacional).

Foto de Marcello Casal Jr., da Agência Brasil



Estado vai firmar parceria com Funai e Sesai no acolhimento a indígenas

SÍTIO SETE SEGUNDOS, 11.02.2014

O Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado de Promoção da Paz (Sepaz), vai atuar em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai/AL) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) para levar acolhimento às comunidades com maior incidência de dependência química.

Para alinhar os primeiros passos dessa parceria, o secretário de Estado de Promoção da Paz, Adalberon Sá Júnior, reuniu-se nesta segunda-feira (10) com a representante da Sesai, Genilda Leão, que coordena o Distrito Sanitário Especial Indígena de Alagoas e Sergipe (DSEI/AL-SE), e o coordenador regional da Funai/AL, Frederico Vieira Campos.

“Recebemos relatos de abusos de substâncias psicoativas em algumas comunidades indígenas do Estado e, para qualquer ação feita com este público, é imprescindível o trabalho em conjunto com a Funai e a Sesai. Então vamos alinhar as ações de sensibilização, orientação e, se necessário, acolhimento, e ver a melhor forma de proceder este atendimento”, declarou o secretário Adalberon.

Equipes dos Anjos da Paz visitarão comunidades em quatro municípios, indicados pela Funai/AL e pelo DSEI/AL-SE, que também acompanharão a ação: Pariconha, Palmeira dos Índios, Joaquim Gomes e Porto Real do Colégio.

A possibilidade de acolhimento para os indígenas e a parceria entre as três instituições será discutida em reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena, no município de Pariconha, em data a definir. Como lembrou Adalberon, o prefeito do município, Fabiano Ribeiro, já esteve na Sepaz para solicitar a atuação da Secretaria.

Também estiveram presentes na reunião o superintendente de Políticas sobre Drogas da Sepaz, Luan Gama, a psicóloga de Saúde Mental do DSEI, Regina Juliana Silva, e o assistente técnico da Funai, Amilton Diniz.

Por: Agência Alagoas



"Índios" invadem mais dez fazenda em Itaju do Colônia

SÍTIO JORNAL SPORT NEWS, 11.02.2014

Nesta segunda-feira supostos índios da tribo Pataxó Hã Hã Hãe invadiram mais de 10 fazendas em Itaju do Colônia. As fazenda invadidas estão fora do fora da área da decisão do Supremo Tribunal Federal. Segundo informações, foram invadidas fazendas de alguns pecuaristas conhecido na região, como Dedé Moreira e Zeza Ribeiro, ambos de Itapetinga.

Alguns fazendeiros já realizaram a ocorrência na policia federal em Ilhéus e o clima é de tensão na região, já que existe a ameaça de mais invasões. Segundo um pecuarista que teve sua fazenda invadida, a PF informou que a área não está dentro de uma área demarcada como federal e dos índios, por isso não teria como fazer muita coisa. Em 2012 o STF decidiu favoravelmente aos indígenas em ação que reivindicava a nulidade dos títulos de propriedade de 54 mil hectares de terras concedidos a fazendeiros na área da Reserva Indígena da Aldeia Pataxó. A área fica entre os municípios de Camacã, Pau Brasil e Itajú do Colônia, mas as terras invadidas nesta segunda-feira estão fora desta área. (Políticos do Sul da Bahia)



Índios x Fazendeiros no MS: Valor de terras vira queda de braço e cresce risco de confronto

SÍTIO LINHAS LIVRES, 11.02.2014

Reportagem na edição de hoje (11) do jornal Correio do Estado mostra que sem a decisão do governo federal sobre o valor a ser pago pelas áreas reivindicadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul, cresce o risco de novos confrontos no campo, principalmente na região de Miranda. Os produtores contestam a avaliação da terra feita pela União, através da Funai (Fundação Nacional do Índio).

O preço a ser pago pelas terras consideradas indígenas e a metodologia de avaliação viraram uma queda de braço entre o Governo Federal e os produtores rurais, que contrataram, em conjunto, uma empresa particular para mostrar o valor das propriedades e contrapor os preços propostos.

A maior reclamação ocorre na área da Terra Indígena Buriti. As propriedades, juntas, foram avaliadas em R\$ 78 milhões, enquanto os produtores dizem que a área não custa menos que R\$ 150 milhões, mas aceitam receber R\$ 100 milhões para vender as fazendas.